

Teses sobre o pensamento conservador e singularidades espaciais

Theses on conservative thinking and spatial singularities

Tesis sobre el pensamiento conservador y las singularidades espaciales



Márcia da Silva

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Paraná – Brasil

[inserir_email](#)



Rafael Freire de Paula

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Paraná – Brasil

[inserir_email](#)

Resumo: Este artigo aborda o pensamento conservador como um movimento político e social amparado na teoria do conservadorismo. Como forma de fundamentá-la, apresentamos a sua estrutura e os seus principais pressupostos, bem como as concepções de seus principais autores e formadores, tais como: Edmund Burke (clássico) e Russell Kirk (moderno-contemporâneo). Nesse contexto, a metodologia tem respaldo na imaterialidade em sua relação com a materialidade, ou seja, apoia-se na dialética entre o pensamento conservador e a formação de territórios conservadores de poder, com exemplos ilustrativos do Brasil e de outros países. Diante disso, as teses sobre o pensamento conservador apresentam argumentos e evidências presentes em ações como as propostas do governo Donald Trump, nos EUA; do governo Jair Bolsonaro, no Brasil; a saída do Reino Unido da União Europeia; dentre outros.

Palavras-chave: Pressupostos conservadores. Território. Relações de poder.

Abstract: This article discusses the conservative thinking as a political and social movement supported by the theory of conservatism. As a way to substantiate that, we present its structure and main assumptions, as well as the conceptions of its main authors and creators, such as Edmund Burke (classic) and Russell Kirk (modern-contemporary). The methodology is based on immateriality in its relationship with materiality, that is, on the dialectics between conservative thinking and the formation of conservative territories of power, with illustrative examples from Brazil and other countries. The theses on conservative thinking put forwards arguments and evidence present in actions such as the Government proposals of Donald Trump in the USA, Jair Bolsonaro in Brazil, and the UK's withdrawal from the European Union, among others.

Keywords: Conservative assumptions. Territory. Power relations.

Resumen: Este artículo aborda el pensamiento conservador como un movimiento político y social apoyado en la teoría del conservadurismo. Como forma de fundarla, presentamos su estructura y suposiciones principales, así como sus autores más importantes, Edmund Burke (clásico) y Russell Kirk (moderno-contemporáneo). La metodología se apoya en la inmaterialidad en su relación con la materialidad, es decir, en la dialéctica entre el pensamiento conservador y la formación de territorios conservadores del poder, con ejemplos ilustrativos de Brasil y también del mundo. Las tesis sobre el pensamiento conservador presentan argumentos y evidencias presentes en acciones como las propuestas del gobierno el Donald Trump en los EUA, el gobierno de Jair Bolsonaro en Brasil y la incierta salida del Reino Unido de la Unión Europea, entre otros.

Palabras clave: Suposiciones conservadoras. Territorios. Relaciones de poder.

Introdução

Esse artigo tem como objetivo abordar elementos do pensamento e/ou da teoria conservadora, sob uma perspectiva político-social e espacial, vinculando-a a acontecimentos de caráter político, em especial aos ocorridos, recentemente, no Brasil e no mundo. De tal modo, é pertinente ressaltar que em termos de origem e de condições de reprodução, o pensamento conservador constituiu-se como expressão particular de um período temporal e espacial historicamente estabelecido e delimitado, qual seja: o da configuração da sociedade urbano-industrial, em especial no que se refere ao seu aporte político de análise, aquele que aqui nos ocupa.

Destarte, no plano filosófico, esse pensamento conservador surgiu como resposta ao protagonismo do Iluminismo no que diz respeito às conturbações desencadeadas pelas Revoluções Industrial (Inglaterra) e Francesa; mas também no plano sociopolítico, já que as Revoluções supracitadas contribuíram para o rompimento da estabilidade secular da monarquia e do modo de produção até então vigentes. Nessa linha de pensamento, na Europa, os primórdios da corrente conservadora se deram na França, na década de 1820, a partir de reportagens do jornal *Le Conservateur*, que se utilizava de discursos politicamente defensores de grupos tradicionais.

Assim, como definição e considerando os aspectos constitutivos ou os pressupostos, o ser conservador ou o conservadorismo podem ser traduzidos como pensamento político e social que busca a manutenção das instituições sociais tradicionais, como aquelas que sustentam a religião, a monarquia, o parlamento, os direitos de propriedade e a hierarquia social, enfatizando um *status quo* de continuidade e, por que não, de reprodução no/do poder de seus representantes.

Apesar de ter como fundamento um conjunto de ideias políticas, o conservadorismo não se traduz, unicamente, e nem tão pouco, em um conjunto de ideias políticas bem definidas. Por ser composto por um arcabouço valorativo, ele muda de acordo com o tempo histórico e com os lugares nos quais foi produzido, não sendo incomuns as especificidades em relação ao seu uso e à sua formulação conceitual. Nas Américas, por exemplo, a sua origem, no início dos anos 1800, se deu a partir de concepções de membros do Partido Nacional Republicano Americano os quais se autoproclamavam conservadores e defensores de um partido

político, e não somente de ideias políticas.

Assim, conservadores chineses, indianos, russos, africanos, latinos, anglo-saxônicos ou europeus podem conceber o ser conservador ou o conservadorismo a partir de concepções diferentes, apesar de a base de sustentação estar ancorada em preceitos como a defesa das tradições de suas respectivas sociedades.

Nesse sentido, “[...] conservadores defenderam realezas, monarquias constitucionais, aristocracia, democracia representativa e ditadura presidencialista; altos impostos e livre comércio; nacionalismo e internacionalismo; centralização e federalismo; neoliberalismo e *welfare state*” (MULLER, 1997, p. 3). Também internamente, considerando as dimensões tempo-espaço, é possível a existência de variados pensamentos conservadores resultantes desses mesmos elementos.

De tal modo, pode-se avançar quanto ao alerta feito por Escorsim Netto (2011), para a qual duas são as dificuldades preliminares àqueles que desejam compreender mais a fundo o pensamento conservador, quais sejam: a) o estabelecimento exato de sua gênese histórico-temporal e; b) a determinação de seus traços constitutivos, para os quais o debate que tem prosperado é o da retomada da teoria vinculada a governos de direita e de extrema direita, no Brasil e mundo afora.

Na Geografia, a associação do pensamento conservador aos rebatimentos espaciais, ganhou importância a partir dos estudos de Silva (2005) sobre os territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná, desvendando a relação intrínseca entre conservadorismo e território, ou seja, aquela resultante das dinâmicas que criam e transformam as formas e não das próprias formas. É também nessa perspectiva que aprofundamos o debate no tópico seguinte.

O pensamento conservador moderno [...] porque ser conservador não é ser antigo

Apesar das constatações apresentadas acima, é possível balizar aspectos gerais e específicos que servem de referência para a compreensão do pensamento conservador como teoria, seus tipos e como estes convergem em sustentáculos para a leitura da

leitura da realidade atual, ou seja, do que e por que se fala. Para este balizamento (aspectos gerais e aspectos específicos), foram revisitadas as literaturas clássica e contemporânea sobre o tema, numa forma de apontar elementos que se associem ao momento histórico de exacerbadas contradições pelas quais passam o Brasil e o mundo e também as consequências espaciais dessa relação, ou seja, a leitura do espaço geográfico.

É importante elucidar que o maior pensador e precursor do pensamento conservador moderno foi Edmund Burke, em especial por sua obra “Reflexões sobre a Revolução na França”, de 1790. Como o próprio título indica, o autor foi contemporâneo da Revolução Francesa, acompanhando-a da Inglaterra. A posição de centralidade exercida por Edmund Burke na construção do pensamento conservador é reconhecida por autores de diferentes matrizes ideológicas, com destaque para Roger Scruton e Russel Kirk, também estudiosos do tema.

Para Scruton (2015), Burke via a sociedade como uma herança compartilhada, na qual aprendia-se a circunscrever as demandas e a identificar o lugar social nela, bem como a reconhecer e valorizar o que fora herdado, material e simbolicamente. Nesse sentido, afirmava que era preciso protegê-la de mudanças drásticas oriundas daqueles que desvalorizavam e buscavam condições para aniquilar suas tradições e seus valores.

Já Kirk (1953) aborda a questão das mudanças na sociedade numa perspectiva de reformas. Para o autor, elas deveriam ser realizadas com cautela e com a garantia da preservação de valores e da estrutura social vigente, tais como: os valores cristãos ocidentais, a concepção de família tradicional, a preservação dos ritos e das hierarquias sociais e econômicas.

No original de sua obra, Edmund Burke principia seus argumentos considerando o fato de todos os homens serem julgados igualmente perante Deus, mas enfatiza que esses, ao longo da vida, são naturalmente diferentes no que se refere ao nascimento (nobreza x plebe), a capacidade cognitiva (sábios x ignorantes), beleza (belos x feios) e talento (talentoso x obtuso), por exemplo. Além disso, como defensor da aristocracia, a qual representava a minoria na sociedade francesa de então, Burke temia o controle do poder pelas majorias emergentes, como a burguesia e o proletariado, segmentos sociais resultantes dos embates e das contradições internas e externas à Revolução Francesa.

Para os conservadores, assim, o receio a esses novos grupos sociais estava na concepção de origem social, ou seja, burgueses e proletariados não eram nascidos com as qualidades necessárias para liderar, comandar, controlar e elaborar leis que reconhecessem a importância do poder político, em especial do poder político secularmente gerido pela monarquia. Tal concepção pode ser confirmada nos escritos de Burke (2014 [1790], p. 70-71) ao explicitar que:

O Chanceler da França, em um tom de floreio oratório, disse na abertura dos Estados Gerais que todas as ocupações eram ilustres. Se ele quisesse dizer apenas que nenhum emprego honesto é desonroso, não teria se distanciado da verdade. Mas, quando se diz que certa coisa é honrosa, implica-se também alguma distinção em seu favor. A ocupação de um cabelereiro ou de um operário fabricante de velas – para não mencionar outras ocupações mais servis – não pode ser motivo de honra para qualquer pessoa. Essas categorias de pessoas não devem ser oprimidas pelo Estado, embora esse último sofrera opressão quando cidadãos como eles, individual ou coletivamente, tem a permissão para comandar.

Observa-se, no texto acima, a naturalização das hierarquias e das relações sociais nas quais a sociedade de classes, bem como as desigualdades sociais compõem um quadro hierárquico natural, perene e insuperável: “É, pois, um atentado contra a natureza a imposição de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina” (BURKE, 2014 [1790], p. 369). Assim, em sua gênese, o pensamento conservador pode ser caracterizado como portador da defesa da estratificação social, da capacidade ou incapacidade individual, bem como da religiosidade ou da moralidade cristã, dentre outros, como afirmou Kirk (1963, p. 27): “[...] o passado sempre se misturando ao presente, de modo que o tecido continuamente se renova, como um grande carvalho, nunca sendo completamente velho nem completamente novo”.

Ainda em busca de aprofundar os aspectos oriundos do ser conservador, já se permite aqui afirmar que muitos analistas do conservadorismo concordam “[...] com a localização do seu processo a partir da Revolução Francesa [...] numa resposta a tudo o que a queda da Bastilha sinalizava” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 37-38). Ao se demarcar o conservadorismo moderno como obra

do pós-Revolução Francesa, pode-se também afirmar, incluindo-se o conservadorismo clássico, que os maiores impactos sobre essa forma de pensar foram emitidos pelas concepções estrategicamente elaboradas por Emile Durkheim, bastante significativa para o enfrentamento da questão social da ordem burguesa no pós-1848.

Durkheim (1978), na tradição sociológica, e não cabe aqui explorar os motivos de sua origem, é frequentemente prenotado aos conservadores, crítico do individualismo, positivista compromissado com a preservação da ordem social. Essa leitura mais ampla do papel de Durkheim para a dinâmica social de seu tempo histórico, e da qual há também releituras, permite-nos de alguma forma associá-lo ao pensamento conservador.

A vinculação de Durkheim ao pensamento conservador, então, parte do princípio de que ele faria uma defesa da manutenção da ordem social burguesa, apresentando novas formas de controle social num conjunto de valores que deveriam dar conta de atender às demandas de uma sociedade centrada na expansão das liberdades individuais.

No entanto, não se pode desconsiderar a multiplicidade de influências que contribuíram para a edificação da teoria sociológica de Emile Durkheim, sendo esta ampla e originária de diversas fontes sócio-históricas. O período entre 1910 e 1970 marca a lenta passagem do denominado conservadorismo clássico à formação do conservadorismo moderno, este surgindo com a produção de mudanças bastante sensíveis a partir das concepções de autores como: Walter Scott¹, Samuel T. Coleridge², John Randolph³ e John C. Calhoun⁴, Gilbert K. Chesterton⁵, Whittaker Chambers⁶, Ayn Rand⁷, Raymond Aron⁸, Richard Weaver⁹, Barry Goldwater¹⁰ e Thomas Sowell¹¹.

De acordo com Souza (2016, p. 5-6), ora enfatizando a política, ora a cultura, o interacionismo, a burocracia, a institucionalidade, a moral e a filosofia, foram diversos os intelectuais, e de distintas áreas do saber, os quais buscaram ampliar ou universalizar temas da tradição conservadora, no sentido de reler e reinterpretar a dinâmica ou a inquietude das sociedades. Assim, diversos temas, dentre os quais citamos: Estado, instituições, costumes tradicionais, religiosidade, identidade nacional, nacionalidade, direitos sociais e das minorias passaram a ser analisados e contemporaneizados mais diretamente pela narrativa conservadora tradicional, no sentido de rechaçá-los ou de acentuá-los.

Nessa perspectiva, as ideias apontadas anteriormente e as demandas do momento histórico pelas quais passam o Brasil e o mundo, com um assolamento de ideologias político-sociais conservadoras, em especial pela eleição de líderes afeitos a elas sob os mais diversos olhares, é tema da sequência dessa análise textual. Como e onde é possível enxergar concepções conservadoras de poder, afinal de contas?

Leituras conservadoras do mundo contemporâneo

No sentido de aproximar o pensamento conservador, aqui compreendido para além de uma forma de intelectualidade de ideias, mas vinculado à práxis social, política e territorial, apresenta-se, a seguir, seus principais pressupostos, a partir de Kirk (1953), associando-os a acontecimentos recentes, ocorridos no Brasil e no mundo, considerados representativos do pensamento conservador.

O primeiro princípio é a “Valorização de bens materiais e simbólicos tradicionais e resistência a mudanças que ameacem desconstruir a importância de bens e valores consolidados”. Para os conservadores, o principal reconhecimento público de valoração é a antiguidade:

[...] deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os usos civis e sociais. Todas essas coisas são (à sua maneira) bens, e se vierem a faltar, a liberdade deixa de ser um benefício e tem pouca chance de durar muito tempo (BURKE, 2014 [1790], p. 30).

A vitória de Donald Trump nos EUA; a aprovação da lei que determina o Estado de Israel como exclusivamente judeu; o fortalecimento político da ex-candidata Le Pen, na França; o aumento da representação de partidos de extrema-direita no Parlamento Alemão; o crescimento do Syriza, na Grécia; entre outros fatos, representam uma certa globalização dessa tendência

autoritária e, portanto, do conservadorismo ordenado, assegurando a criação de posturas e condições sociais arraigadas ao mesmo.

O segundo princípio diz respeito à “Convicção de que a sociedade civilizada exige ordem e classes estratificadas que assegurem uma sociedade hierarquizada”. Nessa linha de pensamento,

Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer sejam postos no chão (BURKE, 2014 [1790], p.70).

Nesse sentido, os conservadores buscam preservar a hierarquia impedindo mudanças sociais ou a mobilidade social, ou seja, a capacidade que os indivíduos podem ter, dadas as condições de cada sociedade e a disponibilização de políticas públicas, de se transferir de um estrato social para outro, de preferência de uma camada social inferior para uma superior. Aron (1966) aponta o carácter oligárquico das sociedades democráticas como um fato que está na impossibilidade em conceber-se um regime que, num certo sentido, não seja oligárquico, de modo que na política as decisões são tomadas para, não pela coletividade.

Assim, as decisões não podem, de modo algum, serem tomadas por todos. Entretanto, deve-se discutir se, de fato, de um lado, a escolha de representantes constitucionais para a tomada de decisões é uma característica oligárquica (ou que crie uma oligarquia), ou, de outro um processo de afunilamento democrático, da representação de diferentes setores da sociedade, grupos de pressão, tendo em vista que essa configuração é (ou deveria ser) dinâmica, plural e sensível às mudanças das/nas sociedades.

Apesar dos julgamentos aos termos estratificação, hierarquia, camada social etc., é por eles também que os conservadores reforçam essa problemática. As críticas recentes ao método de ensino de Paulo Freire, aqui no Brasil, demonstram a lógica da realidade na qual a educação não deve ser associada ao

cotidiano do aluno, ou seja, impede-o de observar e de questionar suas reais condições de vida, restando-lhe a reprodução de desigualdades resultantes de um país injusto.

Destaca-se, assim, que privar as pessoas de não valorizar ou de não saber questionar sua condição é desconsiderar que a educação pode servir, ao menos, como instrumento de formação e de desenvolvimento das capacidades humanas. No entanto, essa leitura negativista da educação emancipatória, classificada como doutrinadora, não se circunscreve aos setores conservadores no Brasil, mas, sim, internacionalmente, como vemos em Sowell (2011, p. 459):

Professores de escola constituem parte do corpo periférico da intelligentsia, rodeando o núcleo central dos intelectuais. Assim como muitos outros, o papel dos professores escolares é bastante modesto e pouco percebido e sua influência no curso da política nacional é praticamente inexistente desde que permaneçam restritos às suas atividades e ao seu papel de transmissores das conquistas culturais do passado para as novas gerações. Somente ao se desviarem de seu papel e se apropriarem de atividades para as quais não têm nem qualificação nem responsabilidade é que conseguem expandir grandemente sua influência, seja por meio de doutrinação ideológica dos alunos ou por sua manipulação psicológica com o intuito de alterar os valores que esses estudantes receberam dos pais.

Em síntese, o pensamento conservador atribui à política um meio de preservar a ordem, a justiça e a liberdade, mas somente a individual. Contrariamente, os não conservadores consideram-na como um instrumento revolucionário que pode transformar a sociedade e/ou até mesmo transformar a natureza humana.

Já o terceiro princípio se articula com a “Defesa da propriedade privada como instrumento para limitar o poder do Estado, sendo o Estado, mínimo”.

Nesse contexto, Scruton (2015) sugere que conservadores confiam na propriedade privada porque respeitam a autonomia do indivíduo, e faz um contraponto importante aos economistas libertários ao compreender que o mercado só é benigno, como descrito por eles, quando é restrito por um Estado de direito imparcial no qual todos os participantes assumem os custos de

suas ações e aproveitam-se dos ganhos/benefícios oriundos da sociedade de mercado.

Tal distinção, segundo Scruton (2015), é fundamental para que libertários e conservadores não sejam tratados como iguais e, mesmo que se possa observar aproximações ideológicas e ações comuns, tais como posicionamentos convergentes de congressistas ou alianças políticas-partidárias, existem pontos de discordância entre eles, como a laicidade do Estado e a visão sobre o mercado. E essa verdade é simples, isto é, que a propriedade privada e as trocas voluntárias são características necessárias de qualquer economia de grande escala — qualquer economia em que as pessoas dependam das atividades de desconhecidos para a sobrevivência e a prosperidade (SCRUTON, 2015, p. 69).

Conforme Kirk (2001, p. 439), “transfer the ancient prerogatives of property to the labor which produces property, and our venerable institutions, the Church and the University most of all, are in terrible peril”.

O quarto princípio diz respeito à “Busca por um Estado legislador e ausente em termos de políticas sociais, cujos gastos, segundo os conservadores, levariam à falência do próprio Estado”. Diante disso, os sistemas contribuem para a criação de uma nova categoria de dependentes — pessoas que passam a depender dos pagamentos dos benefícios sociais, talvez ao longo de várias gerações, e perderam todos os incentivos para viver de outra maneira (SCRUTON, 2015, p.55).

Assim, a articulação de partidos políticos, no Brasil, majoritariamente aqueles que se vinculam à direita, muitos a favor da revisão de políticas públicas e direitos sociais conquistados pelas lutas dos diferentes movimentos reivindicatórios ao longo do tempo, é exemplo influente de ações propostas pelo pensamento conservador.

Além disso, ainda no Brasil, a aprovação da nova Reforma da Previdência para o cidadão comum ocorreu a partir de narrativas como a de salvar o país da paralisia econômica. Os cortes dela decorrentes não incluem, por exemplo, salários e benefícios, como a aposentadoria especial, do próprio congresso nacional, ou seja, o Estado mínimo deve ser base somente para alguns (geralmente os mais necessitados) e, para estes, não há falência.

O quinto princípio integra a “Defesa da centralidade institucional, a exemplo da igreja e da preservação da tradição judaico-cristã e das instituições ligadas ao legislativo”. “Thus, the

basis of any conservative order, religions sanction, remains tolerably secure" (KIRK, 2001, p. 459).

Nesse sentido, Scruton (2015) trabalha com o enfraquecimento dos processos eleitorais e dos cargos eletivos em favor da ampliação do poder das instituições não eletivas, de modo que, segundo ele, o poder real estaria nessas instituições e não naquelas fomentadas por decisões populares. Tal modelo é, sem dúvida, resistente a mudanças mais bruscas no tecido social e no enfrentamento das teses do capitalismo, asseguradas e protegidas nessa concepção de realidade. Explicita, assim, que:

[...] um governo responsável não surge por meio das eleições. Surge do respeito à lei, do espírito público e de uma cultura de confissão. Pensar que existe uma conexão meramente acidental entre essas virtudes e a herança judaico-cristã é viver no mundo da lua. É deixar de ver que a cultura se concentrou, ao longo dos séculos, na prática do arrependimento (SCRUTON, 2015, p.27).

Chersterton (2010[1925]) também propaga a centralidade institucional, porém, direciona seus esforços para demonstrar a importância da igreja como instituição que garante, conforme advogado por ele, a verdade.

Foi o mundo anticlerical e agnóstico que profetizou o advento da paz universal; é esse mundo [...] que deveria ter-se sentido, envergonhado e confuso ante o advento da guerra universal. Quando o mundo vai mal, comprova-se sobretudo que a Igreja está certa (CHERSTERTON, 2010 [1925], p. 11).

Pode-se observar que o sentido ou percebido é tomado como verdade em diferentes tópicos do pensamento conservador, tais como a moral humana, a impossibilidade (ou risco) de mudanças de teor coletivista em detrimento do indivíduo, a doutrinação em escolas, o suposto posicionamento à esquerda por parte dos intelectuais etc.

O plano de governo do presidente Jair Bolsonaro para a educação, no Brasil, pode ser exemplo. De acordo com o

documento, estão assegurados três projetos principais, a saber: a militarização das escolas, a concretização do projeto Escola Sem Partido (não aprovado, mas não esquecido) e a reinserção da Educação Moral e Cívica nos currículos. Essas propostas concebem, como no pensamento conservador, a centralidade institucional da escola dentro de uma perspectiva autoritária que enfraquece e impede a leitura da realidade pela pluralidade. Outro ponto importante é que nem sempre as instituições, tão caras aos conservadores, convergem entre si.

No caso brasileiro, a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) em configurar a homofobia como crime de racismo até que o congresso legisle sobre o tema causou mal-estar entre setores conservadores. Em resposta, o presidente Jair Bolsonaro defende a indicação de um ministro evangélico ao STF como forma de garantir a aprovação de pautas afetas ao grupo conservador.

O sexto princípio se vincula à “Priorização do nacionalismo exacerbado, cuja consequência pode ser a desvalorização das instituições supranacionais ou as políticas internacionais, com empenho em limitar e equilibrar o poder político para que a “anarquia” não se prolifere”.

A soberania nacional é uma precondição da democracia. E a soberania nacional inclui o direito de determinar quem reside dentro das fronteiras nacionais, quem controla os ativos da nação e quem tem direito aos benefícios da cidadania. Isso pressupõe um “nós” a partir do qual começa a nossa negociação e os interesses que atende. Tratados entre Estados soberanos não precisam envolver uma perda de autonomia, não mais do que um contrato entre indivíduos inclui a perda de liberdade (SCRUTON, 2015, p. 125).

Em relação a esse tema, algumas situações podem ser incluídas como indícios, tais como: (I) a política “America First” de Donald Trump, que notadamente tem enfraquecido acordos e instituições supranacionais, com justificativa fundamentada, entre outras, em argumentos de preservação das tradições e de identidades nacionalistas; (II) a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), bem como a crise vivida pelo bloco; e (III) o aumento nas tensões relativas a refugiados, imigrantes e seus descendentes em outros países da Europa, como a França, com discurso claro de nacionalismo em detrimento do

internacionalismo.

Esse nacionalismo acirrado também cria uma leitura do que é (ou deveria ser) a nação para esses setores, levando-os, novamente, a “falarem a verdade” e combaterem o “politicamente correto” em favor de uma suposta realidade. Tal posicionamento, notadamente reacionário, está presente não apenas no Brasil, com o discurso de que somos todos brasileiros, mas ganha corpo e audiência também em nível internacional:

For instance, the Tea Party crystalized around racial and economic resentments, with Sarah Palin as a particularly vibrant symbol. Her performance drew on a 'folksy' (white) commonsense. As with the subsequent emergence of Trump, she embodies the ability to 'tell it like it is.' This is notably less about what is spoken, than how it is spoken: a question of (white) authenticity (ordinariness) and a willingness to break 'politically correct' taboos (extraordinariness) (PAGE; DITTMER, 2016, p.77).

Desse modo, nessa vertente do pensamento conservador, os discursos podem ser associados a componentes espaciais, culturais e de formação territorial, como a generalização e o culto dos supostos valores ocidentais, como a democracia e a influência judaico-cristã em protagonismo enquanto, por outro lado, menos transparente, o caráter reacionário também se apresenta na questão racial, social, sexual e cultural (preconceito religioso e xenofobia).

O sétimo princípio é o de valorização de sociedades nas quais homens e mulheres são conduzidos pela crença numa ordem moral permanente, por um forte senso de certo e errado, por convicções, quase sempre pessoais, sobre justiça e honra (KIRK, 2018).

A priorização, na campanha do então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, em 2018, a temas de cunho moral, como união entre pessoas do mesmo sexo, aborto, cotas raciais em concursos públicos e universidades, dentre outros, pode ser considerada uma ação de cunho conservador. Eleito, o presidente manteve o discurso da campanha, cuja consequência foram os recentes atritos com o Superior Tribunal Federal (STF) sobre a criminalização da homofobia. Também o discurso do presidente de que nomeará um ministro evangélico ao STF tem acendido o

debate sobre a laicidade do Estado brasileiro.

Claro está, no entanto, que a preocupação aqui não ocorre em razão de um ministro do STF ser evangélico (ou católico), mas no fato de ele ser selecionado a partir de sua condição religiosa e sua concepção de mundo em detrimento do valor intelectual e técnico ordenado à importante função de um juiz da principal corte do país.

Outro exemplo, para além do Brasil, está na forma como Scruton (2015) combate as ações do Partido Trabalhista Britânico, rechaçando-as de posições pessoais sobre certo e errado e convicções inconclusas sobre justiça e honra. A esse respeito expõe que:

Todas as leis elaboradas pelo Partido Trabalhista britânico, que propunham organizar a sociedade para o bem maior de todos ao controlar, marginalizar ou proibir algumas atividades humanas naturais, ganharam outro significado para mim. Fui bruscamente tomado de surpresa pela impertinência de um partido político que se propunha confiscar todas as indústrias daqueles que as criaram, abolir as gramáticas escolares às quais devia a minha educação, forçar a fusão das escolas, controlar as relações nos locais de trabalho, regular as jornadas de trabalho, constranger os trabalhadores a se filiarem ao sindicato, proibir a caça, expropriar a propriedade de seus donos e outorgá-la ao inquilino, coagir as empresas a se venderem para o governo por um preço imposto, policiar todas as nossas atividades mediante o trabalho de órgãos paraestatais projetados para nos fiscalizar para o politicamente correto (SCRUTON, 2015, p. 22).

Na perspectiva apresentada por Scruton (2015), mesmo a legislação com fundamentos éticos e/ou científicos, com potenciais avanços para a sociedade (regular as jornadas de trabalho, por exemplo) e o ambiente (proibição da caça, por exemplo), são interpretadas como atrasadas, perigosas e com configuração de ameaça à liberdade do indivíduo, portanto, não seriam, segundo ele, leis justas.

O oitavo princípio é o da desvalorização da intelectualidade a partir da desconfiança, não do método, de modo que é possível identificar, em diferentes autores vinculados à matriz de pensamento conservador, certa desconfiança em relação aos intelectuais. No entanto, essa preocupação não diz respeito aos

métodos de investigação ou à construção das ideias, mas, sim, a desconfiança de que eles sejam comprometidos ideologicamente. Assim sendo, segundo os conservadores, conseqüentemente quaisquer resultados apresentados de suas pesquisas científicas podem estar ligados a ideias absolutamente inclinadas a determinado modo de pensar e agir (no caso, à esquerda).

Em relação ao tema, Chersterton (2010[1925]), por exemplo, direciona suas críticas à falta de imparcialidade do que chama de anticlerical, agnósticos, evolucionistas e professores, claramente se referindo, entre outros setores, à comunidade intelectual e acadêmica, ao passo que toma para si e sua análise o rótulo de imparcialidade.

Scruton (2015), por sua vez, afirma que a maior parte dos intelectuais, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, são adeptos à esquerda e que, por isso, existe um ambiente cultural e acadêmico hostil aos valores tradicionais ou às altivas conquistas da civilização ocidental. Sowell (2011) aprofunda a crítica aos intelectuais e pesquisadores reduzindo os espaços acadêmicos a ambientes de doutrinação ideológica e não científicos.

Nas faculdades e universidades, departamentos acadêmicos inteiros funcionam e trabalham para a elaboração de conclusões pré-fabricadas, seja em relação às questões sobre raça, meio ambiente ou outros assuntos, que recebem o nome de "estudos" sobre a questão dos negros, do meio ambiente e das mulheres. Poucos ou mesmo nenhum desses "estudos" analisam visões conflitantes ou mesmo comparam evidências conflitantes, como seria exigido dentro dos moldes e critérios de um estudo acadêmico, em vez de meramente ideológico (SOWELL, 2011, p.175).

Em síntese, as críticas expostas resultam em uma dupla interpretação das conseqüências desse cenário, a saber: (I) se a universidade não produz ciência, ela não está cumprindo seu papel por completo; e (II) se a universidade produz ciência, o produto não é confiável dado o compromisso ideológico daqueles que a produzem.

Em ambos os casos, temos a desvalorização da intelectualidade, considerando ainda a diferenciação construída por Sowell (2011) sobre a comunidade intelectual como um todo,

mas direcionada ao que ele nomeia de *intelligentsia*, ou seja, intelectuais que contribuem majoritariamente no campo das ideias, excluindo aqueles cujos produtos são palpáveis em termos tecnológicos, médicos ou outros bens e serviços.

No Brasil, a campanha e o governo de Jair Bolsonaro dispõem críticas ao discurso progressista dos movimentos sociais, de ideologia de esquerda, que teriam ocupado universidades, escolas, ONGs, meios de comunicação, setores culturais e outros. O Ministro da Educação de seu governo, Abraham Weintraub, complementou o descaso afirmando que as universidades, no Brasil, são locais de balbúrdias, festas e uso de entorpecentes. A partir desses exemplos, pode-se afirmar que é contra essas indefinidas elites políticas e culturais contra as quais a mobilização conservadora se articula, buscando desqualificá-las.

O pensamento conservador e os territórios conservadores de poder – considerações finais

A partir da exposição acima e de sua relação com exemplos de atuações vinculadas a posicionamentos políticos de grupos de poder em nível mundial, é possível apontar, em termos gerais, que o pensamento conservador e as ações efetivas de mesmo teor buscam assegurar a manutenção do *status quo* e do *establishment* social. Nesse sentido, colocam-se desfavoráveis a mudanças decorrentes de manifestações sociais, demandas socioeconômicas e outras que atendam setores mais reformistas da sociedade.

Assim, dialeticamente, o pensamento conservador funciona como produtor e sustentáculo dos territórios conservadores de poder, ou seja, para que o processo de formação territorial resulte em um território conservador, há o requisito de que, institucionalmente ou por vias informais e/ou culturais, sejam disseminados os seus preceitos com a manifestação de uma ou outra característica com maior relevância em detrimento de outras. Em um país de maioria atea, por exemplo, os conservadores poderão ser menos vinculados aos valores cristãos e mais vinculados a outros, como aqueles já mencionados nesse texto.

É nesse sentido que o pensamento conservador sustenta os

territórios conservadores de poder, pois é a partir dele que se produzem e reproduzem-se forças capazes de mantê-los sob esta concepção no tempo e no espaço.

Nessa linha de pensamento, os territórios conservadores de poder não representam apenas outra categoria territorial, mas, sim, uma situação temporal e espacial que pode caracterizar territórios cujas alternativas de resistência estejam sufocadas pelo aparato conservador construído e mantido no tempo e no espaço pelos grupos de poder nele enraizados. Territórios de resistência ou contraespaços podem representar, portanto, enclaves dentro de territórios conservadores com maior ou menor força de contestação ou, por outro lado, serem capazes de impedir e/ou reduzir o primado do conservadorismo nos territórios, transformando-os.

Dito isto, o papel institucional que assegura o *status quo*, por exemplo, é fundamental para o funcionamento da sociedade a partir dos parâmetros conservadores. Os valores reproduzidos nas famílias e comunidades (festas tradicionais, costumes, noções de certo e errado, instituições culturais de uso exclusivo, clubes e outros) têm suas ideias disseminadas e/ou controladas pelos reprodutores e mantenedores dos ideais conservadores, muitos ligados ao setor privado, sindicatos patronais e à mídia.

O poder público, por outro lado, pode exercer dois papéis distintos nesse mesmo processo, quais sejam: reproduzir o *status quo* a partir das convicções dos grupos de poder que compõem as forças políticas hegemônicas ou, ainda, reproduzir tais elementos para não romper ou questionar os preceitos conservadores nesses territórios, evitando colocar em risco a sua legitimidade e/ou popularidade.

Percebe-se, então, que os territórios conservadores não são compostos apenas da materialização do capital e de seus interesses, mas de tradições, costumes e valores culturais compartilhados coletivamente, elementos que não são uniformes no mundo todo. Portanto, é fundamental que tenhamos clareza de que esses territórios respondem de maneira positiva ou negativa a leis, normativas ou decretos que contradizem ou violem valores compartilhados pela coletividade que compõe esses territórios.

Outro aspecto importante do pensamento conservador para a manutenção dos territórios conservadores de poder é a condição política liberal-conservadora, ou seja, a liberdade econômica versus a política da permanência de estabilidade, da mesmice, da

econômica versus a política da permanência de estabilidade, da mesmice, da não mudança. Isso porque os ideais de democracia e liberdade (exceto a econômica) não são bem-vistos sob a conduta conservadora. Em outros termos, a separação entre Estado e Igreja, bem como a centralização das decisões políticas resultaria na dispersão da unidade social e a liberdade eliminaria a hierarquia e a ordem.

A respeito do Estado, também faz parte da leitura conservadora a perspectiva de que o avanço das práticas liberais ou neoliberais aplicadas ao Estado, leia-se a defesa da eficiência, gestão otimizada, da impessoalidade e da austeridade (Dardot e Laval, 2016) levariam ao desenvolvimento de relações regidas pelos mecanismos de mercado, racionais e impessoais. A convergência majoritária entre conservadores e liberais no que se refere à visão do Estado busca distanciar os grupos conservadores do patrimonialismo e, concomitantemente, aproximá-los do que se entende por moderno nas relações sociais e econômicas.

Diante disso, os grupos que compõem as redes de poder nos territórios conservadores, portanto, não necessariamente reproduzem práticas associadas ao patrimonialismo, como o clientelismo, o coronelismo, ou relações baseadas na afetividade e nas demais características que definem o conceito de homem cordial em Holanda (1995 [1936]). Os territórios são dotados de técnica, ciência e informação, cujas relações não se circunscrevem a espaços diminutos, mas, sim, a uma complexidade de espaços, capitais, instituições e agentes. Os territórios conservadores de poder não são avessos a tais processos, afinal, os grupos de poder nele enraizados adaptam-se ou adequam o moderno, o novo, a diretrizes aceitas pela coletividade (no que se refere aos valores culturais e tracionais) e de seus interesses materiais, econômicos e sociais.

Neste sentido, cabe explorar a lógica da sensibilidade a partir da exposição linear do que se está considerando, para este texto, a relação pensamento conservador e formação de territórios conservadores, conforme figura 1 que será exposta, a seguir. Nela, o papel dialético do pensamento conservador na sustentação e na produção dos territórios conservadores de poder, sendo a base, aquela que produz, enquanto o patamar superior apresenta os eixos mantenedores desses territórios, em sua maioria materializados no tempo e no espaço:

Figura 1 – Eixos de produção e de sustentação dos territórios conservadores de poder



Org.: Autores (2021).

Conforme a figura exposta anteriormente, percebe-se que a vinculação entre pensamento conservador, mercado e propriedade privada propiciam, de um lado, possibilidades de convergências políticas e eleitorais com outros espectros políticos, como a direita liberal ou neoliberal e, de outro, alimenta os antagonismos com movimentos demasiadamente reformistas (na leitura conservadora) ou que representam vertentes políticas à esquerda, como socialistas e comunistas.

Por outro lado, o produto da relação pensamento conservador-instituições-tradição é a base social necessária para a reprodução política dos grupos de poder enraizados nos territórios conservadores de poder, afinal, se desprovidos dos meios de produção, da propriedade e, ainda, com participação restrita no mercado. A atuação institucional, seja de igrejas ou de sindicatos patronais, por exemplo, bem como as festividades ou manifestações tradicionais, reforçam e aproximam a leitura conservadora das classes hegemônicas para as classes subalternas, sendo essas as responsáveis pelo endosso eleitoral dos grupos de poder nos territórios conservadores.

Assim, em termos de materialidade e de imaterialidade, o pensamento conservador mantém sua imaterialidade quando se trata dos valores tradicionais, ao passo que se transforma e/ou materializa-se a partir de instrumentos, estruturas e superestruturas presentes na dinâmica das sociedades.

Pelo exposto, é possível perceber que o pensamento conservador se constituiu em resposta aos efeitos da

modernidade, já que grande parte de seus representantes se fundamenta nas origens católico-monárquica-aristocrática-burguesa, espacial e historicamente ameaçadas ou extintas, direta ou indiretamente, pelos impactos das transformações das hierarquias, da propriedade e, finalmente, da estrutura de poder.

Considerando o esforço em traçar as principais características do pensamento conservador e a formação de territórios conservadores de poder, é importante destacar que há a possibilidade de se estar presenciando, no Brasil, como indicam Quadros e Madeira (2018), o fim da “direita envergonhada”, herdeira do período da ditadura militar.

Além disso, há a possibilidade da emergência da agenda moral, crescentemente acionada a partir dos anos 2010 (campanha eleitoral de José Serra e eleição e atuação de determinadas lideranças na Câmara dos Deputados a partir de 2011) e das demandas por políticas mais enérgicas, em especial na área da segurança pública, o que culminou, por exemplo, com o aumento da “bancada da bala” ou “bancada evangélica (ou da fé)” no pleito eleitoral de 2018. De tal modo que:

[...] o conservadorismo está vinculado diretamente à categoria “direita”. Com efeito, veremos que os princípios da ordem e do ceticismo diante da retificação estão presentes no conservadorismo em geral e no discurso de grupos que parecem levantar a bandeira da direita conservadora no Brasil dos dias que correm. É certo que podem existir direitas que se afastam do conservadorismo em sentido pleno (como é o caso dos liberalismos mais radicais e de linhagens nacional-revolucionárias igualmente extremistas), mas, segundo a classificação geral da literatura, um imaginado conservadorismo ideologicamente de esquerda soaria como contrassenso (QUADROS; MADEIRA, 2018, p.489).

O fim da “direita envergonhada”, causa e consequência do avanço do discurso de teor conservador no Brasil, encontrou terreno fértil em um país cujos territórios possuem formação territorial atrelada ao conservadorismo, eixos que os sustentam no tempo e no espaço, bem como os antagonismos cada vez mais evidentes entre conservadores e progressistas após mais de uma década de governos de esquerda (Partido dos Trabalhadores – PT).

Vale destacar, assim, que os territórios conservadores de poder não se formam a partir de partidos e governos específicos, nem deixam de existir com base em eleições vencidas pela direita ou pela esquerda. Sua formação e sustentação no tempo e no espaço se dão por meio de processos imateriais, espaciais e territoriais, como aqueles destacados ao longo desse texto. Dados eleitorais são importantes para investigar os grupos e as redes de poder formados nos territórios conservadores e cúmplices em seus processos de sustentação.

Diante disso, um governo de extrema direita não cria territórios conservadores de poder, mas potencializa a hegemonia de grupos de poder de caráter conservador nesses territórios, possibilitando sua reprodução social e política, seu caráter hegemônico e estratégico de sufocamento e/ou criminalização dos grupos contra-hegemônicos.

Nesse contexto, os territórios conservadores reproduzem relações e ideias que se transformam em ações conservadoras, naturalizando práticas clientelistas, o patrimonialismo, as oligarquias e os vícios delas oriundos, sendo esclarecedores para a compreensão das práticas e das vinculações dos agentes nas redes de poder, que compõem, junto a outros elementos, os processos de sustentação desses territórios.

A partir do exposto, conclui-se que seja possível, em especial ao geógrafo e aos cientistas humanos, compreender a relação, mesmo que imediata, do pensamento conservador com a formação dos territórios conservadores de poder, ou seja, a dialética que permite a ação entre imaterialidade e materialidade. Cabe, após contribuições e críticas certamente vindouras, a partir da proposta aqui apresentada, a retomada do tema pela verticalidade das dinâmicas que produzem determinadas formas, e não somente pela própria forma. É o avançar da ciência e do conhecimento, sempre bem-vindo.

Notas

1. *Quarterly Review* e *Edinburgh Review* são dois jornais de princípios conservadores, obras com vários textos do escritor e romancista escocês Walter Scott (1771-1832).

2. *The of Church and State* (1830) é a principal obra sobre conservadorismo do escritor inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834).
3. *Study in American politics* (1829) é a principal obra sobre conservadorismo do congressista norte-americano John Randolph (1773-1833).
4. *Slavery a Positive Good* é a principal obra sobre conservadorismo do filósofo e político americano John C. Calhoun (1782-1850).
5. Ortodoxia e O Homem Eterno são as principais obras sobre o conservadorismo do filósofo e teólogo inglês Gilbert Keith Chesterton (1874-1936).
6. *Witness* (1952) é a principal obra sobre conservadorismo do ex espião comunista e escritor Whittaker Chambers (1901-1961).
7. *Atlas Shrugged* (1957) é a principal obra sobre conservadorismo da filósofa e escritora norte-americana Ayn Rand (1905-1982).
8. *L'Opium des intellectuels* (1955) é a principal obra sobre conservadorismo do filósofo e sociólogo francês Raymond Aron (1905-1983).
9. *Ideas Have Consequences* (1948) é a principal obra sobre conservadorismo do filósofo e historiador norte-americano Richard Weaver (1910-1963).
10. *The conscience of a conservative* (1960) é a principal obra sobre conservadorismo do filósofo e congressista norte-americano Barry Goldwater (1909-1998).
11. *A conflict of Visions* é a principal obra sobre conservadorismo do um economista norte-americano, crítico social, filósofo liberal conservador Thomas Sowell (1930-).

Referências

- ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. Brasília: UnB, 1980[1955].
- BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014[1790].
- CHAMBERS, W. **Witness**. Washington: Regnery Gateway, 1952.
- CHESTERTON, G. K. **The outline of sanity**. Oxford: Oxford University; IHS Press, 1926.
- COLERIDGE, S. T. **On the constitution of the church and State: according to the idea of each**. Oxford: Hurst, 1830.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2016.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1978[1893].
- ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOLDWATER, B. M. **The conscience of a conservative**. Hardcover: Createspace Independent Publis, 2013[1960].
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26^{ed} – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KIRK, R. **The conservative mind: Burke to Santayana**. Chicago: Henry Regnery Company, 2001[1953].
- KIRK, R. **The politics of prudence**. Bryn Mawr. Pennsylvania: Intercollegiate Studies Institute (ISI), 1993.
- MULLER, J. Z. **Conservatism: an Anthology of Social and Political Thought**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- RAND, A. **A Revolta de Atlas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010[1957].
- RANDOLPH, J. **Study in American politics**. 4 ed. Indianapolis: Liberty Fund, 1997[1829].

SCOTT, W. *The Antiquary*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SCRUTON, R. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015.

SILVA, M. da. **Análise política do território**. Guarapuava/Paraná: Editora da Unicentro, 2007.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOWELL, T. **Conflito de visões**: Origens ideológicas das lutas políticas. São Paulo: É Realizações, 2011.

VARES, S. F. de. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 20, 2016, p. 79-120.

WEAVER, R. **As ideias têm consequências**. São Paulo: É Realizações, 2016[1948].

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como revisão crítica foram desenvolvidas por ambos. A autora Márcia da Silva ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico conceitual. O autor Rafael Freire de Paula ficou responsável pela coleta de exemplos e estudos de caso e sua interpretação e análise. Ambos, assim, contribuíram significativamente para garantir a qualidade do texto apresentado.

Recebido para publicação em 15 de novembro de 2021

Aceito para publicação em 10 de janeiro de 2022

Publicado em 28 de março de 2022